

**Texto elaborado com base nas apresentações do  
Sr. José Alberto de Lima e Sr. Leonardo Cordeiro**

Pescadores artesanais e Coordenadores do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do  
Estado do Ceará – FPPC.

**Elaboração**

Rodrigo de Salles – Pesquisador da área de pesca do CNPq.

O Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Estado do Ceará - FPPC é um movimento social formado por representantes das comunidades litorâneas e que visa buscar melhoria na qualidade de vida dos profissionais que dependem da pesca marítima e estuarina neste Estado. O principal objetivo do FPPC é contribuir para mudanças no comportamento do pescador e pescadora, através da conscientização para a pesca cada vez mais responsável. Atualmente o nosso foco de ação consiste em elaborar um código de conduta para uma pesca responsável em escala local, adaptado a realidade das comunidades pesqueiras do Estado do Ceará. Para isso o FPPC fez um levantamento histórico da pesca no Estado.

A partir do ano de 1995 iniciou-se a tão falada pesca de mergulho com compressor de ar, tendo sua origem no Estado do Rio Grande do Norte. Outro sistema de pesca também prejudicial ao recurso e ao meio ambiente, denominado de rede caçoeira, passou a ser permitido, sendo utilizado largamente por um grande número de pescadores. Na realidade, visto por nós pescadores artesanais, a pesca de mergulho com compressor é a maior responsável pela redução dos estoques de lagostas. Isto ocorre porque os mergulhadores não selecionam as lagostas, capturando indiscriminadamente as lagostas pequenas, que são protegidas por lei Federal. Outro problema oriundo desta atividade e o risco sofrido pelos mergulhadores que, devido à falta de treinamento para realizar os mergulhos, sofrem sérios riscos de vida durante esta atividade.

Entre os anos de 1989 e 1991 foram registrados vários conflitos na pesca da lagosta, ocorridos entre os pescadores de mergulho com compressor e os pescadores tradicionais, que utilizam um tipo de armadilhas de madeira “cangalha”. O ponto crítico deste conflito culminou com a morte de pescadores nas praias de Redonda e Prainha do Canto Verde, ambas localizadas no litoral leste do estado do Ceará. Os mergulhadores não respeitam os pescadores tradicionais e roubam as lagostas de dentro das armadilhas. Chegaram inclusive a deixar dinheiro no interior das armadilhas como uma forma de

insulto. Às vezes até fezes dentro de um saco plástico foram deixadas dentro das cangalhas.

Por conta de toda essa situação relacionada à pesca predatória, realizada tanto de forma ilegal pelos mergulhadores de compressor, como de forma legal pelos pescadores de rede caçoeira, em 1993 algumas lideranças comunitárias se uniram e iniciaram um movimento em defesa da pesca sustentável. Na comunidade da Praia do Canto Verde, alguns pescadores se juntaram e fizeram uma viagem até o Rio de Janeiro para reivindicar seus direitos sociais. O tema escolhido para representar a viagem foi “S.O.S. SOBREVIVÊNCIA”. Durante a longa viagem de jangada percorrida entre os Estados do Ceará e o Rio de Janeiro os jangadeiros contaram os problemas enfrentados na pesca e divulgando o movimento de luta pelos direitos sociais. Neste mesmo ano foi fundado o Instituto TERRAMAR, que tem por missão apoiar e assessorar as comunidades da zona costeira do Ceará.

Em 1995 o problema persistia e com o amadurecimento das lideranças comunitárias foi criado o Fórum das praias, que mais tarde passou a ser chamado de Fórum dos Pescadores. O movimento das lideranças comunitárias organizou passeatas ao Cambéba, sede do governo do Estado do Ceará, conseguindo recursos para comprar um barco para auxiliar a fiscalização. Haja vista que até o dia de hoje quando se faz uma denúncia para o IBAMA a resposta imediata é que o órgão não dispõe de embarcação para efetuar a fiscalização.

Com esse barco operando na fiscalização do litoral leste e apoiado pelo IBAMA e Polícia Militar, observou-se um aumento da produção de lagostas capturadas pelas embarcações a vela deste litoral. Fato supostamente relacionado à diminuição da pesca predatória. Os mergulhadores de compressor foram pressionados, sendo logo no início da pesca uma embarcação apreendida pelo IBAMA. A moralização da atividade em função da fiscalização gerou acordos interessantes entre os usuários dos recursos pesqueiros como, por exemplo, o de não pescar no dia 1º de maio.

Em 1997 aconteceu o 1º Seminário Internacional sobre a Pesca, ocorrido na Prainha do Canto Verde. Em 1998 ocorreu uma drástica diminuição na produção capturada, relacionado por alguns pesquisadores com o fenômeno natural “El Nino”. Os pescadores atribuíram ao aumento das pescarias de mergulho e também com redes caçoeira. Um evento grandioso denominado de “Caravana da Lagosta” percorreu todo o litoral do Ceará, contando com a participação de representantes do IBAMA,

movimentos sociais e algumas Prefeituras foram discutidas alternativas para organizar o setor pesqueiro no Estado.

Em 1999, com o apoio do Instituto Terramar e outras parcerias, foram capacitadas lideranças comunitárias de várias localidades do litoral cearense. Isto significou um passo importante para a consolidação do movimento em defesa da pesca e da zona costeira no Estado do Ceará. Hoje muitas dessas pessoas ocupam papéis importantes em comissões de âmbito federal e estadual, garantindo a representatividade das comunidades nos assuntos referentes à pesca e meio ambiente.

Entre 2000 e 2001 houve a criação do Fórum dos Pescadores do litoral oeste. Então, os alunos de formação para liderança, vendo que a organização do litoral leste já estava bem mais avançada, adentraram na empreitada em busca de garantir melhorias nos padrões de vida de suas comunidades. Tempos depois a costa litorânea do Ceará unificou-se e foi criado o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense.

Em 2002/2005 ocorreram manifestações em várias comunidades. Pescadores e moradores indignados pela ação dos pescadores “piratas” queimaram barcos que pescavam ilegalmente de compressor nas localidades de Caponga, Redonda e Fortim. Entretanto, ações positivas também foram praticadas, como o fechamento de áreas de pesca em Caetano de Cima, Tatajuba e Iguape. Estes acordos foram pensados e executados pelos próprios pescadores, que reservaram áreas de pesca próximas da terra, indo pescar nas áreas mais profundas. Quando a produtividade das áreas mais profundas diminuía os pescadores passavam a utilizar as áreas mais próximas. Esta experiência foi considerada positiva, tendo como resultado o aumento da produção de lagosta.

Em 2003 aconteceu o movimento denominado “Dia D contra a pesca de compressor”, ocorrido no município de Fortim, com a participação de representantes de comunidade do litoral leste e oeste, além de algumas instituições governamentais e não governamentais. Durante este período, através da participação do FPPC, pela primeira vez a classe de trabalhadores do mar teve poder de voto na elaboração de medidas relacionadas à pesca.

O dia 22 de novembro de 2005 poderia ser considerado como “O Dia Nacional de Luta dos Pescadores”. Foi mobilizada uma campanha de divulgação das regras que estabeleciam a pesca legal de lagostas no território nacional, cujo tema era: “A lagosta não pode acabar”. Dentre os objetivos e propósitos discutidos durante a campanha se destacaram: (1) Pressionar o Governo para a fiscalizar a pesca ilegal de compressor e a pesca da lagosta abaixo do comprimento permitido por lei; (2); Articular parcerias para

efetivar ações locais de apoio à fiscalização; (3) Mobilizar os pescadores contra a pesca predatória da lagosta; (4) Sugerir a elaboração de um plano de conduta para a pesca responsável; (5) Defender o direito de acesso preferencial dos pescadores artesanais à exploração dos recursos marinhos, incluindo o direito à permissão de pesca para lagosta; (6) Lutar pela criação de Unidades de Conservação com acesso à pesca artesanal, tendo a participação dos pescadores na elaboração e gestão da mesma; (7) Divulgar a importância da certificação de origem da lagosta e do comércio responsável para os consumidores no Brasil e no exterior.

Como foi dito anteriormente, atualmente nosso maior desafio é elaborar e, principalmente, implementar um código de conduta adaptado à realidade local. Sendo assim, pensamos na criação e ordenamento de áreas marinhas protegidas, tendo como referência experiências de regiões onde isso já foi feito. Consideramos fundamental diagnosticar a situação da pesca antes da criação das UC, demarcando as áreas a ser protegidas, elaborando de regras de uso e um modelo de fiscalização participativo.

Do ponto de vista sócio-econômico, pensamos em negociar com as empresas um acordo em bloco para a comercialização da produção procedente da frota artesanal, como forma de valorização desta classe de pescadores. Ainda com a idéia de união, pensamos na compra em bloco da matéria prima para fabricação do material de pesca, buscando baixar os custos de investimento inicial nos primeiros meses do ano.

Em parceria com os órgãos responsáveis, gostaríamos de construir mecanismo de controle do acesso ao seguro desemprego, benefício destinado aos pescadores durante o período de paralisação da pesca. Através deste controle seria possível minimizar as fraudes e garantir os direitos às pessoas que, de fato, merecem este benefício por viverem diretamente da pesca.

Com relação ao esforço de pesca, considerado atualmente muito acima do nível sustentável, precisaremos elaborar um cadastro das embarcações existentes em cada comunidade e, a partir daí, trabalharmos para reduzir os níveis de pressão de pesca sobre os estoques de lagosta. O uso adequado da arte de pesca também nos preocupa, devemos controlar o tamanho da malha dos manzuás com base na Lei Federal, que estabelece o comprimento de 5,0 cm entre nós opostos. Articulando com as comunidades pretendemos abolir definitivamente o uso da rede caçoeira.

Nossos recursos naturais também precisam de ações no sentido de proteção contra a extinção. Por meio de treinamento dos membros das comunidades seria possível apoiar Ong's que trabalham com espécies protegidas, como tartarugas,

golfinhos, botos, baleias e peixe-boi. A educação ambiental deve ser incluída no projeto pedagógico das escolas. O esclarecimento dos alunos também influencia na conscientização dos pais e demais familiares.

Para construirmos tudo isso que estamos apresentando é preciso a participação de muitos atores sociais, organização comunitária e alguns processos, como criar um Conselho Comunitário para elaboração do código de conduta para a pesca responsável em escala local, capacitar os membros do Conselho Comunitário e divulgar as estratégias nas escolas. Desta forma torna-se possível acreditar que ele venha realmente a funcionar. Sendo assim, as estratégias são: (1) Promover a formação de núcleos interdisciplinares, com a capacitação de técnicos e pescadores que deverão atuar na gestão e propagação do Código de Conduta para a pesca regional; (2) Desenvolver processo de extensão pesqueira nas comunidades; (3) Apoiar as iniciativas das comunidades no desenvolvimento e divulgação do código de Conduta adaptado para o setor pesqueiro em geral.

Bom, tudo isso é muito bonito! Mas para sair do papel é preciso muito trabalho e a participação de um grande número de interessados. Em nome do FPPC gostaríamos de agradecer a todas as pessoas pela atenção. Muito obrigado.